

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER N° 67 / 2024

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o **Veto do Prefeito Projeto de Lei n° 247/23**, de iniciativa do Vereador Ricardo Teixeira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Supermercados e similares, no âmbito do município de Araucária, de possuírem carrinhos de compras adaptados às pessoas com deficiência”

I- RELATÓRIO

Trata-se do Veto do Executivo Municipal, ao Projeto de Lei n° 247/23, *Dispõe sobre a obrigatoriedade de Supermercados e similares, no âmbito do município de Araucária, de possuírem carrinhos de compras adaptados às pessoas com deficiência*

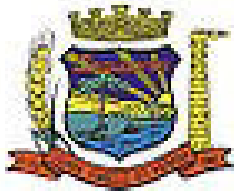
O veto justifica que a proposta não tem como prosperar, pelas seguintes razões:

1) DA USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO: Diante da inconstitucionalidade por incompetência do município para legislar sobre direitos do consumidor e proteção das pessoas portadoras de deficiência, matérias de competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, conforme estabelece o inciso XXXII do art. 50 e os incisos V e XIV do art. 24 da Constituição Federal;

2) DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA: A medida proposta interfere de maneira excessiva na atividade econômica, violando os princípios fundamentais da livre iniciativa e da livre concorrência, que são pilares da ordena econômica brasileira, conforme estabelecido no inciso IV do Art. 170 da Constituição Federal e art. 139 da Constituição Estadual;

3) A IMPRECISÃO LEGISLATIVA A LUZ DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 95/1998 E ESTADUAL N° 176/2014: O projeto dispõe sobre a disponibilização de carrinhos de compras adaptados para pessoas com deficiência em supermercados e estabelecimentos similares. No entanto, seus artigos carecem de clareza quanto as especificações técnicas dos carrinhos e aos tipos de deficiências considerados, gerando





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

assim incerteza sobre as obrigações dos supermercados. Essa imprecisão viola os princípios da Técnica Legislativa estabelecidos nas Leis Complementares Federais nº 95/1998 e Estadual nº 176/2014.

É o breve relatório.

II – ANÁLISE

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

Art. 52. Compete:

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

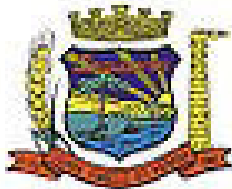
Além disso, verifica-se que a legislação discorre sobre o poder e a competência de autoria do Vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Cumprе ressaltar que a presente proposição atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada se encontra em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, o veto ao Projeto de Lei, não apresenta razão em seu teor. Assim, **SOMO PELA DERRUBADA DO VETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Art. 174 do Regimento Interno desta Câmara. Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2024.



VILSON CORDEIRO
06/05/2024 13:43:58

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Relator CJR



**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 09 de Maio de 2024 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Irineu Cantador e Pedro Ferreira, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer nº 67/2024 CJR, referente Veto ao Projeto de Lei nº 247/2023.

Araucária, 09 de Maio de 2024.


CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

IRINEU CANTADOR
09/05/2024 10:23:51


PREFEITURA DE
ARAUCÁRIA
Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA
633.689.869-53
09/05/2024 11:02:04
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

